

O LUGAR DOS ASSENTAMENTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL: DILEMAS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Vera L. S. Botta Ferrante
Luís Antonio Barone

Introdução

Refletir sobre as trajetórias das experiências de assentamentos rurais, especialmente sobre impasses e desafios cruciais vividos no passado, no presente e projetados para o futuro vem sendo o objetivo principal de um núcleo de pesquisa e documentação rural (UNIARA/UNESP)¹, o qual tem feito, desta temática, nos quase 20 anos de sua existência, base acadêmica para a produção continuada de um conhecimento com retorno social e para a sementeira de novos pesquisadores.

Tais reflexões têm, em algumas situações, o sentido de analisar a complexa maioria atingida por alguns núcleos; em outras, impõe-se a necessária diferenciação, decorrente da investigação de experiências mais novas - em regiões nas quais os assentamentos têm expressiva densidade e “impacto” nos rumos do desenvolvimento local/regional. No primeiro caso, trata-se de discutir o que significa essa “maioridade” (os primeiros núcleos já têm 20 anos) dos assentamentos da Reforma Agrária na região de agricultura mais modernizada do estado de São Paulo e o que desponta no horizonte destas experiências que possa indicar uma mudança qualitativa em seu desenvolvimento. No segundo - referido à investigação em assentamentos do Pontal do Paranapanema, impulsionados na década de noventa do último século - trata-se de analisar se os bloqueios e tensões vividos pelas experiências de Reforma Agrária são diferenciados, nos casos em que o número de famílias

* Socióloga, coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (Uniara). E-mail vbotta@techs.com.br

** Sociólogo, professor assistente-doutor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente, labarone@stenet.com.br.

1. Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), fundado na FCL/Unesp e hoje sediado no Centro Universitário de Araraquara (Uniara).

assentadas é bem maior, assim como, em princípio, mais significativos seus impactos na dinâmica regional.

A perspectiva de realizar balanços de experiências de Reforma Agrária tem sido cuidadosamente discutida em nossa trajetória acadêmica (BERGAMASCO; FERRANTE, 1994; FERRANTE, 2003). Por várias razões, principalmente pelo nosso olhar crítico a diagnósticos feitos em um circuito fechado de avaliações pautadas por indicadores. Ao longo de nossa trajetória de pesquisa, temos firmado o princípio analítico de não nos deixar aprisionar pelos apelos, às vezes sedutores, dos indicadores como instrumento de medida das experiências de Reforma Agrária.

Com todo respeito às pesquisas centradas na construção de metodologias de avaliação dos assentamentos (ROMEIRO et al, 1994; NORDER, 1997; SPAROVEK, 2003), o presente artigo não se propõe a discutir impasses e perspectivas como expressões de sucesso/ fracasso destas experiências, mas tem, como sustentação, a utilização de metodologias de análise voltadas à apreensão dos dilemas destas experiências - identificados em sua diversidade, em espaços sociais distintos - na constituição de um novo modo de vida, pensado como expressão relacional das mudanças que se processam nas dimensões cultural, econômica e política dos agentes envolvidos na constituição dos assentamentos.

A proposta é de discutir impasses e perspectivas a partir das diferenciações significativas que se apresentam na construção deste novo modo de vida que envolve um conjunto de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com o poder local e com a agricultura regional. Códigos tradicionais, racionalidades, o vai-e-vem de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo/reprodutivo, os rearranjos em busca da cooperação contam neste processo. Do mesmo modo, expressões de conflitos, de diferenças, muitas vezes atravessadas por mecanismos de poder, nos quais o clientelismo e expressões da cultura da dádiva se fazem presentes.

Objetiva-se estudar as diversidades e as coincidências nos impasses e perspectivas no desenvolvimento da política de assentamentos rurais no Estado de São Paulo, em duas situações bastante diferentes do ponto de vista regional. Fica a ressalva de que a política de assentamentos no Estado tem sempre elementos que podem ser caracterizados como gerais - ou fixos - como a atuação do ITESP, que promove assentamentos em todas as regiões e fornece assistência técnica a todos os assentamentos no Estado, independente dos projetos serem de âmbito federal ou estadual. Isso indica um leque de políticas públicas que tende a se desenvolver a partir de uma mesma dinâmica, proveniente de outras esferas do Poder Público, que não a local.

Porém, ao privilegiar o âmbito local/regional no enquadramento empírico desse estudo, a análise se defronta imediatamente com tensões específicas,

tanto do ponto de vista das estruturas políticas e econômicas, quanto dos atores sociais diretamente envolvidos nesta conflituosa realidade. O caráter comparativo deste artigo visa, portanto, ressaltar os possíveis rumos das experiências de assentamentos, em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores sociais que animam o cenário local/regional em cada caso, bem como através das tensões que se expressam no campo das alternativas políticas e econômicas (FERRANTE; WHITAKER; BARONE, 2003).

Assim, pecuaristas mais ou menos ligados à UDR e empresários agroindustriais ligados ao setor canavieiro são agentes que apresentam posições simétricas no campo de forças em estudo, mas que não têm necessariamente a mesma estratégia frente às tensões geradas a partir do desenvolvimento dos assentamentos em cada região. Da mesma forma, as organizações dos trabalhadores rurais (notadamente o MST e o movimento sindical) que hegemonomizam as mobilizações dos sem terra em cada contexto desenvolvem ações e reações com distintas direções, bem como a atuação do poder público municipal difere muito em função das conjunturas locais e microrregionais.

Nesta análise, olhares internos se imbricam a olhares externos, entendidos como a compreensão das mediações com o poder local e com as características regionais. Na discussão dos rumos dessas experiências inovadoras na gestão econômica do território esclarecem-se tensões reveladoras de contradições possíveis entre a chamada agricultura familiar e o grande capital agropecuário e agroindustrial, assim como a perspectiva de se desenvolver estratégias mais ou menos coerentes com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar e, ainda mais, frustrações de ideários de impactos dos assentamentos no desenvolvimento regional calcados em uma lógica inadequada ao movimento do real. Tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, empresários) e o campo do poder, entendido como o jogo de forças sociais que atravessa o futuro da Reforma Agrária compõem o núcleo da presente discussão voltada à reflexão dos nós górdios de experiências de assentamentos em suas diversidades e similaridades.

“Califórnia brasileira” X “capital do Nelore mocho”: os diferentes contextos estudados

Integrante da conhecida “Califórnia Brasileira”, a região de Araraquara (nordeste do Estado de São Paulo) geralmente é citada como exemplo de pleno desenvolvimento agropecuário. De fato, os anos 1980 chegam para a grande região nordeste de São Paulo com o reconhecimento de sua pujança econômica e da existência de um mercado consumidor bastante rico. A implantação do PRÓ-ÁLCOOL, em 1975, só estimulou a indústria sucro-alcooleira ali baseada, fazendo crescer de forma acentuadíssima a área plantada de cana, bem como

o número de postos de trabalho junto a essa atividade econômica. Ao lado da cultura da cana, um outro complexo agroindustrial se consolidava na região, explorando a produção de citros (*in natura* e sucos). O crescimento dessa cultura também é grande, se bem que menor que o setor canavieiro (GEBARA; BACCARIN, 1984). Essas duas atividades, juntas, dão o tônus do desenvolvimento econômico regional e formam o pilar de sustentação desta “Califórnia Brasileira”, título que só envaidece os privilegiados moradores desse rico interior paulista.

Porém, ao lado da riqueza ostentada pela região, outro cenário crítico foi desenhado pelas forças do mercado capitalista. Intensifica-se nesse mesmo período a exploração da mão-de-obra rural, outrora moradora na zona rural, vivendo sob o regime de colonato. Durante as décadas de 1960 e 1970 esse regime de trabalho se dissolve, com os colonos, em sua maioria, se mudando para a zona urbana, ocupando as periferias das cidades maiores ou as pequenas cidades, transformadas, em poucos anos, em cidades-dormitórios².

Pressionados pelas péssimas condições de vida e trabalho, os bóias-frias deflagraram um ciclo de mobilizações notável, que teve a cidade-dormitório de Guariba como seu epicentro. As greves dos “bóias-frias”, que se espalharam por dezenas de municípios (atingindo até outros Estados), se não apontaram diretamente para o assentamento de trabalhadores rurais em terras da região, demonstraram um potencial de luta desse segmento laboral. Esses acontecimentos de 1984/5, lançam por terra a idílica imagem de um contexto rural rico e pacífico, subvertendo a imagem reforçada de serem os bóias-frias doces herdeiros da modernização agrícola³.

A política de assentamentos rurais desenvolvida nessa região do Estado foi significativamente uma resposta estatal ao potencial de organização e contestação dos bóias-frias. Sua singularidade, no entanto, deve-se a um entrecruzamento bastante particular da mobilização dos trabalhadores rurais e das conjunturas políticas, tanto no âmbito do governo estadual quanto do governo federal. Trata-se de um campo específico das políticas públicas, no qual um jogo de forças sociais, direta ou indiretamente, determinou ações no sentido de assentar famílias de ex-bóias-frias em meio a propriedades empresariais das mais produtivas do país.

2. Uma descrição interessante dessas cidades-dormitórios - sobretudo Guariba e Barrinha - está em Dancini, 1989.

3. Nesse ínterim, no tocante à relação entre a luta dos assalariados - no geral por melhores condições de trabalho - e a reivindicação por terra, registra-se, antes mesmo da primeira greve de Guariba (1984), a mobilização dos funcionários da falida Usina Tamoio (Araraquara) em 1983, momento no qual, pela primeira vez, propôs-se a distribuição de terras para os trabalhadores rurais (Ferrante, 1984).

Pode-se afirmar que a terra passou a compor o conjunto das necessidades dos trabalhadores rurais em três níveis: 1) reivindicada explicitamente pelos tradicionais sem-terras (posseiros, parceiros, ex-arrendatários); 2) não reivindicada explicitamente nas greves dos bóias-frias; 3) incorporada pelo Estado como necessidade de reprodução dos trabalhadores. Refletindo sobre a postura do assalariado rural frente à reforma agrária, não se pode deixar de considerar as mobilizações dessa categoria no sentido da conquista da terra, “como meio de garantir a sua subsistência, como estratégia de sobrevivência, uma vez que nem o Estado, nem o capital fornecem estas garantias” (FERRANTE; MORAES, 1988, p.47).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje, o P.A. Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias ali residentes, segundo dados da Divisão Regional de Saúde (DIR-Araraquara). Além desses núcleos do ITESP, existe um Projeto de Assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o P.A. Bela Vista do Chibarro, instalado em 1989, que hoje conta com 176 lotes agrícolas e (estimadamente) o mesmo número de famílias.

Na outra região em estudo, a questão fundiária tem sido – ao longo de décadas – o ponto fulcral definidor das políticas públicas e ingrediente básico das tensões que cercam as possibilidades de desenvolvimento local. A região denominada de Pontal do Paranapanema, no extremo oeste paulista é, portanto, de importância ímpar quando se aborda a temática da reforma agrária no Estado de São Paulo. Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (LEITE, 1999).

Ao longo do século XX, posseiros e grileiros disputaram, quase sempre à bala, o território do Pontal. Apesar da flagrante irregularidade que cercou a ocupação do Pontal, seu desenvolvimento econômico seguiu mais ou menos a trajetória de outras regiões do Estado, sobretudo na primeira metade do século passado. Foi, porém, a região na qual houve um recuo mais antigo e acentuado da cefeicultura (MONBEIG, 1984). A fragmentação das propriedades e o precoce fim do colonato só acirrou mais violentamente a disputa por terras. Até os anos 1960, assistiu-se a um período de diversificação agrícola, com a prosperidade da cotonicultura.

Com o objetivo de retomar terras públicas ameaçadas de ocupação irregular e também proteger a cobertura vegetal da região (última área de mata atlântica afastada do litoral), na década de 1940 são criadas, por parte do governo estadual, 3 grandes Reservas Florestais: Morro do Diabo, Lagoa São Paulo e

Pontal. Destas, somente a do Morro do Diabo ainda está preservada, tendo as demais sido invadidas e desmatadas por grileiros e posseiros. A partir dos anos 1960 e 1970, o desmatamento das florestas teve como finalidade a ocupação das terras para o desenvolvimento da pecuária, que tem sido a principal atividade econômica da região desde os últimos 30 anos. Nesse período, a região passou a ostentar o honroso título de “capital do Nelore mocho”, dado o tamanho do rebanho dessa raça de bovinos, muito apropriada para a pecuária de corte.

O Pontal do Paranapanema e sua série de irregularidades em relação aos títulos de propriedade das terras, somada à grande ociosidade na utilização das áreas desmatadas, têm assistido, desde há muito, conflitos e lutas pela posse da terra. Esse histórico ganha contornos dramáticos e passa a exigir uma política do Estado para a regularização a partir dos anos 1960, com a desapropriação da gleba Rebojo (ANTONIO, 1990). Na segunda metade da década de 1970, as obras de três usinas hidrelétricas na região também levam a uma política de reassentamento das populações ribeirinhas, administrada pela CESP até os anos 1990.

Com a desaceleração das obras das usinas na década de 1980 e a demissão em massa que a isso se seguiu, emerge um forte movimento de reivindicação por terras no Pontal. Em 15 de novembro de 1983, aproximadamente 350 famílias de ex-operários das obras das hidrelétricas, ocuparam as fazendas Rosanela e Tucano. Com a pressão de políticos da região e decisivo apoio do governo do Estado (primeiro ano da gestão Franco Montoro), o governo desapropriou um área de mais de 15 mil hectares entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha e assentou cerca de 450 famílias: surgiu o assentamento Gleba XV de Novembro, uma referência na luta pela terra por parte dos trabalhadores sem-terra da região (FERNANDES, 1996).

A essa insegurança fundiária e à ação que os governos do período da transição democrática desenvolveram, através de uma tímida política de assentamento, os diferentes agentes sociais dessa região responderam com importantes mobilizações. Ainda durante o período do Congresso Constituinte (1987-1998), surge na região a União Democrática Ruralista, reunindo os pecuaristas que se sentiam ameaçados pela perspectiva de uma regularização fundiária que lhes tirasse a posse das terras. A partir de 1990, já no primeiro ano do governo Collor, o MST inicia o que os estudiosos da região chamam de seu processo de territorialização (FERNANDES, 1996). A partir de então, o conflito entre os sem-terra (tendo o MST como a sua organização mais ativa e representativa) e os fazendeiros pecuaristas (liderados pela UDR) tem pontuado a história recente da região.

Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente

ocupadas: esse é o contexto do Pontal, que se desdobra desde o início dos anos 1990. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo na primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. O Pontal do Paranapanema é hoje a região com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas⁴.

Impasses e perspectivas no desenvolvimento produtivo dos assentamentos: entre o cerco da monocultura canavieira e o ideário do desenvolvimento regional via reforma agrária.

Em estudo conjunto FAO/Incrá, publicado há alguns anos (GUANZIROLI, 1998), a integração aos sistemas produtivos regionais é apontada como um fator positivo no desenvolvimento dos assentamentos rurais. A análise mais detalhada e qualitativa desses processos de integração econômica, no entanto, revela impasses que coloca em questão a própria função da política de assentamento rural. Enormes dificuldades vividas pelas famílias assentadas em produzir nas terras dos assentamentos têm levado a uma persistente estratégia de arrendamento dos lotes. É a figura do “rentista”, da qual fala Martins (2003), que retorna da forma menos esperada e mais surpreendente no contexto agrário recente: no interior dos projetos de reforma agrária.

Nos assentamentos de Araraquara, a trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados (FERRANTE; BARONE, 1997/1998).

A característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. Desde a instalação desses P.A.s, o conflito com as forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente nas áreas reformadas, constituindo-se no maior impasse dessas experiências de assentamentos. A investigação tem revelado, para além das avaliações de sucesso ou de fracasso (PINASSI; QUEDA, 1993), que o processo de integração produtiva via fornecimento de cana às usinas tem que ser compreendido como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local, inserção regional e atuação do Itesp,

4. Segundo dados do ITESP, no Pontal vivem mais de 4500 famílias em assentamentos, num total de 101 Projetos de Assentamentos.

mediações a serem pensadas não de uma forma economicista, mas de uma perspectiva relacional e multidimensional (STETTER, 2000; BAÚ, 2001; FERRANTE; SANTOS, 2003).

Após vários anos da instalação dos assentamentos, depois da euforia inicial e de uma visível estagnação econômica, a alternativa de se fornecer cana para as usinas do entorno surge como uma solução. Nas duas grandes áreas de assentamentos da região, essa “solução” aparece, embora com ingredientes diferentes. É de se ressaltar a atuação do poder público local, no caso dos vários núcleos do PA Monte Alegre, cujo maior representante (o prefeito de Motuca), se torna, em 1993/4 e, mais tarde, a partir de 2001, o principal articulador de uma proposta de parceria entre a usina do município e os assentados, no sentido deles plantarem cana nos seus lotes. Na Monte Alegre, a reação à proposta, conforme apresentada em 1993, afirmava que o “plantio de cana é uma proposta de usineiros e não de um prefeito que deseja resolver os problemas do homem do campo” (conforme documento apresentado pelas lideranças do PA). O campo de disputas criado nesse momento evitou que o plantio de cana fosse implementado na Monte Alegre, ao menos até o início dos anos 2000.

No outro espaço – assentamento Bela Vista, sob jurisdição do INCRA – há dados de observação reveladores de que os assentados começaram a arrendar suas terras desde 1997/1998. Da parte dos assentados da Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente neste espaço há, dentre as 176 famílias, menos de 50 que resistem, continuando com a agricultura de subsistência e pouca diversificação agrícola. Temem o fruto amargo da cana queimada. “A usina usa herbicida, que afeta o desenvolvimento do feijão, do milho. Também existe o problema da fumaça durante o período da colheita que invade nossos lotes de produção e de moradia” é o desabafo de um assentado que tem procurado reorganizar os produtores para ações de enfrentamento ao cercamento das usinas e aos danosos efeitos da queimada.

O INCRA, antes contrário ao plantio de cana, mais recentemente está tentando resolver os casos considerados mais críticos. Porém, ao pretender romper com uma omissão de anos, sua postura tem sido prioritariamente burocrática e, ao invés de apresentar caminhos alternativos do ponto de vista da produção, busca retomar processos de exclusão do PA, notificando idosos e propondo dividir lotes para assentar mais famílias sem ampliar a área do assentamento. Sem uma política clara face ao sistema de poderes, controles e ganhos apresentados pela usina, o INCRA oscila entre uma proposta, envolta em nebulosidades, de transformar a agrovila do P.A. Bela Vista do Chibarro em um espaço urbano à utilização de critérios, bastante questionáveis, de selecionar dentre os assentados em situação irregular, os que mais se ajustariam ao perfil desejado ou idealizado pelo órgão gestor. Neste vai-e-vem, surge,

como proposta do INCRA, um projeto piloto de reorganização que incluiria o fornecimento de um crédito de habitação para o agricultor construir sua casa no próprio lote, uma forma propagada de estímulo à agricultura familiar que vem, na verdade, encobrir a perspectiva de redução da área dos lotes e de restrição das alternativas produtivas. Simultaneamente, o ITESP, através de uma portaria assinada em 2002 estabelece parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Assim, o órgão estadual, até então bloqueador das “parcerias” para produção de cana na Monte Alegre, passa a consentir no plantio da cana, como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos” (Portaria ITESP nº 075-24/10/02).

A “alternativa” cana-de-açúcar parece definitivamente instalada no caso da Bela Vista, com contratos de arrendamento comuns. Mesmo assentados que resistiram durante anos a entregar suas terras para a plantação de cana já começam a ceder. Segundo o depoimento de um desses últimos a arrendar metade do lote para a Usina, ele teria ficado “mais de 10 anos abandonado pelo INCRA” o que o teria “obrigado a plantar cana”. Mesmo considerando que isso “descaracteriza a Reforma Agrária”, não teria o que plantar na área que lhe rendesse o esperado através da cana. Complicadores é que não faltam nesse quadro. Confrontos entre assentados e funcionários do INCRA têm gerado boletins de ocorrência policiais, nos quais a figura da usina como “boa fonte de renda” aparece em contraposição à acusação da prolongada omissão do INCRA.

Regras de definição dos 30% legalmente destinados à cana pelo INCRA, contidas num Termo de Reajuste de Conduta recentemente apresentado mesclam-se a um clima de ameaças de reintegração de posse que tem alimentado, junto aos assentados, a convicção de que aumentar o plantio de cana, mesmo sendo o lote trabalhado por mão-de-obra contratada pela Usina é a única saída para os impasses vividos, sem ser a mesma contestada em termos de amarras e bloqueios numa relação desigual com a grande empresa agroindustrial.

Já na Monte Alegre, a implantação da parceria com a Usina do município para a produção de cana, dentro dos parâmetros da portaria oficial, apresenta impasses cujos desdobramentos acabam gerando a mesma situação da Bela Vista. Os aspectos mais visíveis desses impasses estão relacionados à gestão do trabalho no canavial, aos problemas ambientais e financeiros. O planejamento da safra de cana previa a formação de grupos de assentados para a execução

dos trabalhos de plantio e colheita. Concluída a primeira safra, os grupos não se formaram e todo trabalho foi realizado por trabalhadores de fora, contratados pela Usina. A utilização intensa de produtos químicos na cana – inclusive pulverizados por avião – cria mais dependência, denúncias de favorecimento a alguns assentados e ao Itesp e aumento nos custos da produção. Alguns assentados estão prorrogando os prazos para pagamento dos tratos culturais feitos pela Usina e, com isso, aumentando a “bola de neve” da dívida com a empresa.

Por trás dessa “parceria” na Monte Alegre, ou do aberto contrato de arrendamento, feito na Bela Vista, está o confronto entre duas lógicas. De um lado, uma postura comandada pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra, mesmo que lançando mão do arrendamento. De outro, uma perspectiva que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola e na quebra da cultura da dádiva, um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições (FERRANTE; SANTOS, 2003).

No Pontal, os impasses ligados ao desenvolvimento produtivo dos assentamentos não são menores. Região com forte presença do capital pecuário de corte, a chamada “terra do Nelore mocho” convive com uma situação de indefinição em sua estrutura fundiária⁵, além de uma dificuldade de décadas em superar a estagnação econômica. A presença do MST e de outros movimentos de trabalhadores rurais, pressionando pela cessão de terras para assentamentos, só torna mais instável essa situação, reforçando o quadro de baixo desenvolvimento econômico. Durante a década de 1990, no auge da crise da agropecuária em função da chamada “ancora verde” do Plano Real, a falência de vários frigoríficos na região facilitou, inclusive, as negociações entre o governo do Estado e os fazendeiros, possibilitando o assentamento de milhares de famílias. Mais atualmente, no entanto, a problemática do desenvolvimento regional tem mobilizado os agentes políticos e econômicos do Pontal.

O diagnosticado “*vazio econômico*”, vivido pela região, começa a ser superado nos anos 2000, devido à recuperação do setor de abastecimento de carne. Embora tardiamente em relação ao Centro-Oeste, a região também tem assistido nesse início de século, ao avanço da sojicultura. Esse movimento econômico – que tem consorciado a pecuária de corte e a agricultura de grãos – não alcança, porém, os projetos de assentamentos. Com uma importância

5. Novas ações discriminatórias estão em andamento na Justiça, o que aponta para novas intervenções do Estado e novos assentamentos. Tentando resolver mais rapidamente o conflito, o governo atual fez aprovar uma nova lei de regularização fundiária (2004). No entanto, a baixíssima adesão dos fazendeiros e a falta de apoio dos movimentos sociais (notadamente, do MST), praticamente inviabilizam a aplicação dessa norma.

demográfica e social inegável, esses milhares de famílias estão à margem dessa alternativa de desenvolvimento. Especificamente com relação a essa modalidade de expansão da sojicultura, ao ser ela encaminhada através de um programa estadual de arrendamento, exclui o agricultor assentado dos benefícios concedidos pelo poder público estadual (os assentados, oficialmente, não podem arrendar suas terras). O futuro dos assentamentos do Pontal do Paranapanema, como da região como um todo, ainda é indefinido. No presente, a concepção dos assentamentos como alavanca ao desenvolvimento regional permanece como um ideário construído pelo MST, sem retorno concreto nas agendas dos poderes envolvidos.

Dados o patamar de desenvolvimento regional e a amplitude política e demográfica que os Projetos de Assentamentos foram ganhando no Pontal, o MST – principal mobilizador dos trabalhadores sem-terra na região – funda, em 1994, a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal (Cocamp). Trata-se do projeto mais ambicioso de cooperativismo junto aos assentamentos do Estado. Poucos anos após sua fundação, a Cocamp contava com praticamente 2000 associados. Seus objetivos eram estimular a diversificação produtivas nos PAs e “fechar” a cadeia produtiva, por meio da industrialização da produção dos assentamentos (RIBAS; THOMAZ Jr., 2000). Para tanto, além da aquisição de 50 tratores e centenas de implementos, a Cocamp iniciou a instalação de uma grande planta industrial na cidade de Teodoro Sampaio, projetando silos para armazenamento de grãos, uma despoldadeira de frutas (com vistas à comercialização de polpas de frutas congeladas), laticínio e fecularia.

A importância desse projeto, não só para os assentamentos, mas para toda a região, no entanto, foi prejudicada pelos inúmeros problemas de gestão da cooperativa. Dependente de recursos oficiais, a Cocamp sofreu com a extinção do PROCERA⁶, principal fonte de seu financiamento. A partir dos anos 2000, a Cocamp passa também a ser investigada pelo Ministério Público, a partir de denúncias de desvio de recursos. Essa situação cria um impasse que se prolonga até os dias de hoje. A cooperativa não concluiu nenhuma das obras de instalação industrial, imobilizando um alto capital sem qualquer perspectiva de retorno a curto prazo.

A não consecução de seu projeto industrial, aliado a um frustrante estímulo à fruticultura junto aos seus associados (com promessa de compra da produção para a despoldadeira), determinou o esvaziamento da Cocamp. Além disso, a situação financeira dos assentados ficou, em muitos casos, pior. Aqueles que

6. Programa Especial de Crédito da Reforma Agrária, principal programa de financiamento de investimentos nos assentamentos, extinto em 1999.

atenderam ao plano de produção integrada de frutas (maracujá e abacaxi) não viram sua produção ser absorvida pela cooperativa, abandonando o cultivo e adotando um discurso bastante crítico em relação à Cocamp.

A retomada das atividades da cooperativa continua incerta. Mesmo com apoio do atual governo federal, a entidade encontra dificuldades em receber verbas oficiais, devido aos processos judiciais que envolvem a sua gestão. Sem dúvida, o apoio político (e material) dado aos muitos acampamentos e ocupações do MST na região levou, de alguma forma, a um comprometimento da parte produtiva da cooperativa. Atualmente, o MST tenta recuperar a Cocamp através de um convênio com o Itesp para ativação do laticínio, cujos rumos são uma incógnita. Impasses que não passam pela decisão dos assentados.

Sem o decisivo apoio de uma entidade como a Cocamp, estes trabalhadores rurais, acabam por construir sua inserção econômica no entorno de forma deficitária, sobretudo a partir da exploração da pecuária leiteira. Sua produtividade, no entanto, é, na média, unitariamente baixa, índice revelador da descapitalização dessa atividade. Ao lado das terras de “boi gordo”, expressão mais acabada do grande capital na região, os assentados podem ser representados – metafórica e concretamente – pelas suas “vacas magras”, símbolo de uma participação econômica subalterna nos sistemas produtivos implantados na região.

Diante desse quadro, o arrendamento dos lotes para a pecuária e para a produção de semente de capim grassa nos assentamentos. Também a produção de cana para fornecimento às usinas de açúcar e álcool é encontrada na região. Desde 1993, com aprovação problemática por parte do Itesp, assentados do PA Água Sumida, em Teodoro Sampaio, fornecem cana para a Destilaria Alcídia, também sediada no município (BOTASIM, 2002). A partir da portaria assinada pelo Itesp em 2002 (a mesma que possibilitou a implantação da cultura da cana nos P.A.s estaduais da região de Araraquara), existe uma perspectiva de ampliação desse tipo de arrendamento no Pontal. Recentemente, o prefeito de Presidente Bernardes anunciou seu interesse em intermediar uma “parceria” entre a Destilaria Alcídia e os trabalhadores assentados em seu município. Será isto uma solução? Ou apenas uma previsão de impasses futuros?

A difícil transição de trabalhadores despossuídos, submetidos a longo período de assalariamento temporário e/ou acampamento nas beiras das estradas e fazendas pleiteadas para assentamentos, para a condição de produtores familiares, assentados em projetos oficiais não se realiza em pouco tempo e vem carregada de impasses. No entanto, perspectivas de ressocialização bem-sucedida e de inovações na gestão ambientalmente equilibrada das áreas reformadas se apresentam de forma muitas vezes pulverizada, embora alguns projetos possam definir ações extremamente positivas em termos de manutenção das famílias na terra e da preservação ambiental.

Sem dúvida, a presença pouco eficiente e extemporânea dos órgãos oficiais voltados ao desenvolvimento dos assentamentos (ITESP e INCRA) em muito prejudica a ressocialização das famílias assentadas como produtoras agropecuárias. Mesmo a Cocamp, com seu ousado projeto de verticalização da produção e, por conseguinte, de gestão econômica dos assentamentos, revelou falhas e trouxe novos impasses nessa esfera da vida dos assentados. Em Araraquara, o ITESP tenta acompanhar, não sem dificuldades, a execução das parcerias com a Usina Santa Luiza em 80 lotes do PA Monte Alegre. A não utilização da mão-de-obra assentada na colheita da cana é exemplo de como os termos do contrato com a empresa agroindustrial estão escapando do definido entre usina, ITESP e assentados.

Mobilização e clientelismo: os impasses e perspectivas da participação política

A partir de uma abordagem qualitativa e comparativa entre duas regiões distintas do Estado, a pesquisa tem focado sua análise nos impasses que cercam a integração dos assentados e da política de assentamento no entorno local. Tais impasses não estão sendo analisados em termos de impactos, como aparecem usualmente em recentes pesquisas voltadas a assentamentos, mas a partir da análise da trama de tensões que se faz presente nesta relação. A participação política dos assentados, a partir da organização interna dos PAs tem demonstrado uma oscilação entre a constituição de novos espaços políticos e a cooptação das lideranças assentadas pela tradicional política clientelista. Esse jogo pode ser interpretado à luz da “teoria da estruturação” (GIDDENS, 1989), na qual existe sempre um maior ou menor espaço de manipulação, por parte dos grupos subalternos, sobre o sistema político mais abrangente: é a “*dialética do controle*”, conforme define Giddens, operando na relação entre os trabalhadores rurais assentados e a estrutura política regional (BARONE, 2002).

Assim, participação e cooptação se sucedem, em ambos os contextos, desde o início do período mais decisivo desse tipo de política de assentamento (década de 1980). A presença de políticos ligados ao partido de turno no governo estadual é registrada tanto no Pontal – tendo como exemplo maior a luta que levou à instalação da Gleba XV de Novembro, entre Euclides da Cunha e Rosana em 1983/84 – quanto na região de Araraquara, onde a participação de políticos regionais tem sido mais intensa ao longo dos anos. O espaço social dos assentamentos tem sido pontuado por inúmeros conflitos que ao longo dos anos vêm marcando decisivamente suas relações políticas internas. Se existem tensões e conflitos entre as lideranças assentadas e o campo político mais abrangente – no processo de sua integração ao contexto regional – os mesmos se apresentaram, desde o início, mediados pela concorrência entre os agentes dos próprios assentamentos, o que tem resultado numa dinâmica política

singularíssima, complementar ao complexo jogo de relações sociais constituintes do mesmo.

Um grande diferenciador entre os dois contextos geográficos, no entanto, está na organização política dos trabalhadores no encaminhamento de suas reivindicações e na – sempre necessária – mobilização pela terra. Enquanto na região de Araraquara, o movimento sindical rural (liderado pelo sindicato local de Araraquara e, mais tarde, ainda sob a direção do presidente desse mesmo sindicato, a FERAESP⁷) foi o grande mobilizador dos trabalhadores sem-terra, no Pontal do Paranapanema, a partir dos anos 1990, esse papel coube ao MST, a maior organização de luta pela Reforma Agrária no país. Estratégias distintas vêm pautando a ação política desses dois núcleos dirigentes da luta pela terra, embora, em ambos os casos, com baixíssima incidência na organização dos trabalhadores quando já assentados.

Diferente da FERAESP, que tem uma ação política mais institucional, promovendo o cadastramento de trabalhadores desempregados e negociando junto aos governos a liberação de áreas, no mais das vezes, públicas, o MST investe em acampamentos e ocupações massivas como estratégia, não só para a conquista de terras como também para a conscientização política dos trabalhadores (FERNANDES, 1996). Embora a FERAESP não tenha descartado, ao longo de sua atuação, momentos de mobilização massiva, promovendo também acampamentos e ocupações, sua perspectiva é menos radical, tanto no discurso quanto na forma de organizar os trabalhadores. A radicalidade política do MST passa por um discurso claramente socialista e de confronto à lógica capitalista de seus dirigentes (MOURA, 2005). Sua estratégia no Pontal, no entanto, mistura ações de confronto com os setores ruralistas e uma inusitada adesão tática a agentes políticos locais.

Observa-se, após anos de atuação, tanto da Feraesp quanto do MST, que esses organismos enfrentam diferentes impasses na condução política desse segmento social tão desassistido. O MST transformou-se numa organização bastante disseminada no território nacional (NAVARRO, 2003), deixando para trás – como é o caso do Pontal – a necessária atuação no interior dos PAs. Muitos militantes apenas passam pelos assentamentos, tentando mobilizar os trabalhadores, que já não contam com essas lideranças para muitas de suas lutas. Além de mobilizações como ocupações de agências bancárias para a liberação de recursos anunciados pelo governo federal, somente agora, na gestão do presidente Lula, o MST esboça algum projeto mais consistente para os assentados. No caso da Feraesp, sua opção política pelos assalariados rurais impede um trabalho mais intenso com os assentados. Sua organização,

7. Sobre o surgimento da FERAESP, ver Ferrante, 1992.

diferentemente do MST, é bem menos estruturada, apesar de ser uma entidade sindical muito mais institucional do que o “não-legalizado” MST. Com caminhos distintos, o ponto a que chegam, curiosamente, é o mesmo: perda de legitimidade junto aos assentados, o que dá margem a um vazio de direção política.

Se tem sido intensa a dinâmica de mobilização e participação política externa dos sem-terra, a situação de assentamento caracteriza-se, tanto no Pontal como em Araraquara, por uma forte desmobilização e esvaziamento da legitimidade e controle político dessas agências e organizações sobre os trabalhadores assentados.

A constituição do campo político nos assentamentos vem tendo, nos mecanismos de instituição de coordenações internas - bem como no encaminhamento de suas gestões - um indicador muito preciso de seu desenvolvimento e de seus bloqueios. Os distintos grupos que formam um assentamento, às vezes oriundos de diferentes lutas e regiões, muitas vezes não se mesclam politicamente. No Pontal, é exemplar a situação do PA São Pedro (em Rancharia), onde a distribuição geografia dos lotes reforça uma divisão em dois grupos, um oriundo de acampamentos sob liderança do MST, outro, formado por cadastrados pela Prefeitura de Rancharia. Recentemente, a falta de consenso entre esses dois grupos fez com que o Poder Público Municipal transferisse as classes de educação infantil para outro assentamento do município, evidenciando as perdas que a dissensão pode causar.

Diferentes podem ser as clivagens que levam às divisões, mas observa-se em ambos os contextos regionais que certo tipo de desautorização, bastante comum no encaminhamento de decisões coletivas nos assentamentos, por vezes funciona como instrumento de crítica a uma ou outra liderança. Além de incentivarem um certo padrão de comportamento individualista, tais desobediências também têm enfraquecido o conjunto dos trabalhadores em suas deliberações e prejudicado as lideranças envolvidas nessas pendengas, podendo ser importante fator na sucessão das coordenações internas. Por outro lado, diante do verdadeiro *imbróglia* institucional e de encaminhamento dos projetos por parte dos órgãos oficiais, tal desobediência, por vezes, pode ser encarada como recusa de aceitar as imposições (de conseqüências claudicantes) do Estado.

A divisão política mais gritante, no entanto, verifica-se na região de Araraquara e tem como fulcro a alternativa polêmica de produção de cana-de-açúcar nos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro. Em 1992, na primeira eleição do recém-criado município de Motuca, o PA Monte Alegre elege um assentado como vereador. A trajetória desse agente é sinal dos impasses vividos pelos assentados da região. Eleito pelo PT, em pouco tempo passa a ser “base” do prefeito (PFL). E não é só isso: o vereador assentado torna-se um dos principais divulgadores da proposta de parceria dos assentados com a Usina

do município, questão que divide até hoje os trabalhadores dos assentamentos. Quatro anos depois, o assentado teve que deixar o assentamento (apesar de pertencer a uma família bastante grande e importante, os chamados “pioneiros” da Monte Alegre), além de não conseguir sua reeleição.

No caso da Bela Vista do Chibarro, a polêmica com relação à cana foi um dos vetores de articulação de um novo grupo, formalizado na Associação “*Independente*”. Esses agricultores foram atraídos pela possibilidade de explorar o cultivo da cana-de-açúcar, numa espécie de arrendamento via Associação. Parte deles veio de uma cooperativa que, ao não conseguir atender aos trabalhadores, foi à falência e dificultou a vida financeira de vários produtores (BARONE, 2002).

A partir de 1995, os coordenadores eleitos diretamente na Bela Vista passaram a ser da Associação pró-cana, consolidando definitivamente a divisão interna e, na prática, desorganizando os mecanismos de escolha direta de coordenadores gerais do P.A.. A implantação da cultura da cana-de-açúcar, em larga escala, no PA Bela Vista se deu nos anos 2000/2001, quase sempre mediante a atuação da Associação *Independente*. Falando em “*não ter medo de negociar com a Usina*”, as lideranças “independentes”, citam o “contrato” que fizeram – o qual é referido, mas nunca apresentado, permanecendo como uma peça duvidosa - como forma de se inserir no contexto da racionalidade moderna. Gerar “*emprego e renda*” no assentamento é outro mote dos defensores da cana, bastante adequado a uma lógica econômica capitalista. O alcance da capacidade de autonomia desses agentes no desenvolvimento de suas estratégias, na sua difícil relação com o complexo agroindustrial sucroalcooleiro da região, sem dúvida, será posto à prova nos próximos anos, sendo um dos mais expressivos sinais dos impasses que se perpetuam no espaço dos assentamentos.

O relato esboçado acima do histórico claudicante dos grupos associativos e cooperativos, que objetivavam gerir de alguma forma coletivizada os recursos dos assentamentos pode levar a se pensar no fracasso definitivo dessa forma de organização. No entanto, ela mesma se repõe de tempos em tempos, seja através do estímulo externo, seja através da iniciativa autônoma dos próprios assentados. Como exemplos desse último comportamento, a Prefeitura de Araraquara registrou, no ano de 2001, a existência de vários pequenos grupos associativos no PA Monte Alegre, todos sem uma existência jurídica (no mais das vezes, tinham apenas uma ata não registrada com os nomes dos associados e a constituição da diretoria). Essas associações informais, na época, buscavam dessa prefeitura apoio para inúmeras iniciativas econômicas, tais como constituição de uma farinheira, implantação da piscicultura ou organização de uma feira do produtor.

No Pontal, a formação de associações tem estado bastante vinculada à iniciativa, no mais das vezes de interesse eleitoral, dos políticos locais (quase sempre prefeitos). Cita-se como exemplo, o caso de uma associação no PA Água Limpa, em Presidente Bernardes, cujo presidente – candidato a vereador na chapa do último prefeito – montou um grupo para a criação de capivaras. A atuação de várias lideranças assentadas, tanto no Pontal quanto em Araraquara, passa por essa mediação clientelista junto aos poderes locais. Este grande vai-e-vem de associações revela, ao mesmo tempo, o vigor e a fragilidade política dos assentados. Essas entidades são formadas e desmanchadas rapidamente, no mais das vezes em função de interesses imediatos. Por outro lado, essa mobilização e organização intermitentes garantem a participação dos assentados tanto no diálogo com o Itesp (ou Incra) quanto no encaminhamento de reivindicações junto ao poder Público Municipal.

Em outras esferas de participação política, como em conselhos municipais de desenvolvimento rural, saúde ou educação, a retórica tem prevalecido sobre ações práticas. O que não significa que, em algumas situações, a participação de assentados não se faz sentir. É o caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Venceslau, cuja composição tem garantido o debate e a indicação de ações da Prefeitura com relação aos assentamentos. No entanto, o caráter não executivo dos conselhos torna a efetivação de suas deliberações dependente da boa vontade do prefeito. Em Araraquara, a implantação de um projeto de Orçamento Participativo mobilizou, em anos recentes, a população assentada. À grande participação dos trabalhadores rurais nas plenárias do OP se seguiu a decepção com a incapacidade da Prefeitura em implementar as prioridades, sobretudo no tocante à questão de geração de trabalho e renda, vista na época como uma alternativa ao arrendamento dos lotes para o plantio de cana. Os projetos alternativos de comercialização – “feira do produtor” e “direto do campo” – vêm, passo a passo, minguando, frustrando expectativas dos assentados e levando os parceiros de tais iniciativas, tais como a Fundação Mokiti Okada, a REGAR (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Regenerativa da Região de Araraquara) a verem cada vez com mais descrença o investimento do poder municipal nesta parceria.

No mais, as práticas clientelistas têm prevalecido e permanecido praticamente intactas, qualquer que seja o governante. É inegável, no entanto, o maior envolvimento das Prefeituras com os destinos dos assentamentos nesses anos mais recentes. Clientelismo político e alternativas criativas podem caminhar juntos, transformando os impasses em soluções? São questões a serem discutidas à luz do desenvolvimento destas e de outras experiências similares, que se repetem microscopicamente nos assentamentos tanto do Pontal quanto da região de Araraquara.

Impasses e perspectivas na ressocialização e na gestão territorial

Em ambos os contextos regionais, o vazio de projeto, por parte do Estado não deve ser encarado apenas como uma opção política em prol da agricultura empresarial, mas acima de tudo como uma impossibilidade prática dos agentes envolvidos no processo de assentamento (técnicos, lideranças políticas, mas também pesquisadores e demais mediadores) em desenvolver parcerias estratégicas em favor dos P.A.s. No mais das vezes, assiste-se a um jogo de inculpação mútua, envolvendo ITESP, INCRA, Prefeituras (e seus agentes) e líderes dos trabalhadores.

Para além do campo estritamente econômico, os assentados, em seu processo de ressocialização, recuperam muito de uma sociabilidade baseada em códigos tradicionais (Barone, 1996). Terra, trabalho e família voltam a se unir, não numa idílica comunidade camponesa, mas diante de tensões e de impasses que moldam essa nova gestão familiar da terra. Esse modo de vida em desenvolvimento, orientado tanto por antigos padrões de trato da terra quanto por novas informações que os assentados, quando têm condições, absorvem com avidez, mostra que não apenas os arrendamentos e a submissão aos complexos agroindustriais estão presentes nos PAs. Ainda sofrendo o preconceito que marca os “sem-terra”, esses agricultores inovam e criam perspectivas que podem apontar caminhos para o desenvolvimento local e regional.

A observação de práticas conservacionistas em todos os assentamentos em estudo é um bom exemplo desse entrecruzamento entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos atuais. A alternativa de produção orgânica, sempre presente no discurso, não se materializou em larga escala, mas cria alternativas pulverizadas que mudam a vida dos assentados. Em Araraquara, formou-se uma associação de produtores orgânicos, sob orientação da Igreja Messiânica⁸, que conta com alguns assentados. A pesquisa registra a dificuldade dos assentados em levar adiante as prescrições da Fundação Mokiti Okada, mas a introdução de práticas naturais de controle de pragas e de preparo de adubos está vagarosamente se distribuindo entre os assentados, que buscam também nos conhecimentos tradicionais outras alternativas.

No assentamento Monte Alegre, em Motuca, o núcleo IV tem uma disposição territorial que possibilita a recuperação de práticas tradicionais de manejo do solo e dos recursos naturais. Lá a agrovila fica dispersa ao longo de um córrego e a parte baixa dos quintais é destinada ao cultivo de árvores frutíferas e tanques para criação de peixes. Muitos assentados da Monte Alegre não aderiram

8. A Fundação Mokiti Okada, braço assistencial da Igreja Messiânica, dissemina a prática da agricultura orgânica. A Igreja prega a alimentação natural para os seus seguidores e a Fundação desenvolve uma tecnologia própria de produção, inclusive com certificação internacional.

(ainda) à parceria com a Usina, levando ao surgimento de conflitos entre os diferentes grupos. A queima da cana e a utilização de defensivos químicos têm prejudicado os lotes que não estão tomados pela monocultura e inúmeros boletins de ocorrência policial apontam para futuras ações judiciais a serem movidas contra o Itesp, as usinas e os assentados que arrendam seus lotes.

No Pontal, a própria condição da região leva a que os órgãos públicos atuem de forma mais intensa, na tentativa de impedir uma pernicioso destruição dos recursos naturais. Embora seja uma região privilegiada em termos de recursos hídricos, a qualidade do solo os predispõem facilmente à erosão e à perda de condição de uso agrícola. A existência do Parque Estadual do Morro do Diabo e o necessário ressarcimento ambiental das obras hidrelétricas criam um contexto relativamente favorável a projetos de conservação e recuperação ambiental. Essa possibilidade, no entanto, ainda se manifesta de forma restrita. A maioria dos assentamentos do Pontal encontra-se numa condição de ameaça aos recursos naturais expressa na demarcação em áreas de mata, um equívoco da ação do órgão técnico ou exploração inadequada e irregular de reservas.

Apesar desse quadro difícil, experiências bem-sucedidas de integração ambientalmente sustentável dos P.A.s são desenvolvidas no Pontal. A mais relevante delas encontra-se no P.A. Gleba Ribeirão Bonito, em Teodoro Sampaio. Lá, ao lado do Parque Estadual do Morro do Diabo, o assentamento de trabalhadores rurais mobilizou um conjunto de agentes institucionais – como o MST, o ITESP e Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), responsável pelo Parque – garantindo a realização de projetos como os corredores ecológicos e as zonas de amortecimento de impactos ambientais.

O Programa Pontal Verde (ITESP, 2000), desenvolvido pelo ITESP na região garante a existência de quase 20 projetos de sustentabilidade ambiental nos P.A.s, o que é pouco, considerando-se o universo de quase 100 assentamentos no Pontal. Os impasses no desenvolvimento econômico das experiências de assentamentos demonstram uma forte tendência de desacerto institucional e precariedade da condição econômica dos assentados, o que gera práticas predatórias – talvez por serem mais baratas – na gestão desses territórios. A realidade extremamente rica dos assentamentos, no entanto, não impede também que, quase sem apoio institucional, algumas experiências adequadas sejam levadas a cabo pelos assentados. Cita-se, nesse caso, um grupo associativo do P.A. Água Limpa, em Presidente Bernardes, cuja finalidade é aproveitar uma área alagadiça para a criação de capivaras, experiência que já conta com o aval do IBAMA.

O que é possível dizer do futuro dos assentamentos?

Na região de Araraquara, o retrato que vem sendo apresentado pela Grande Imprensa é claramente castrador quanto às perspectivas dos

assentamentos. Vendas de lotes, arrendamentos e outras irregularidades compõem o quadro nada otimista do olhar da Imprensa, alimentado em parte pelas investidas atuais dos órgãos gestores na campanha pela regularização dos lotes e pela defesa de critérios para “bem selecionar” assentados adequados a um bom perfil.

A prática dos órgãos gestores é em parte responsável pelos impasses hoje vividos pelos assentamentos. Omissões e prazos não cumpridos caracterizam a presença muitas vezes ausente de tais órgãos nos assentamentos. Se, no atual momento, a voz de comando é punir irregularidades e elas são incontáveis, agravadas pelos percalços dos impasses retratados no presente artigo, por que não apoiar estratégias ou caminhos que poderiam delinear perspectivas aos assentamentos?

No Pontal, sobressai a lentidão do governo estadual em promover um definitivo processo de regularização fundiária. Tais dificuldades na esfera política levam a uma quase inércia do ITESP, principal agente oficial da política fundiária e de assentamento. O conflito entre ruralistas e sem-terra passa por um momento de reaquecimento, com ambos os lados agindo publicamente, com declarações à Imprensa e em manifestações massivas. O aumento de ocupações de áreas conflitadas já aponta também para uma reação violenta do setor ruralista, embora até meados de 2005 não tenha sido registrada nenhuma agressão grave contra as pessoas.

Referimo-nos, neste balanço final, a algumas questões em especial. De um lado, a pouca atenção dada às iniciativas de diversificação agrícola acaba comprometendo a continuidade destas estratégias, o que não significa dizer que elas foram definitivamente enterradas. Estratégias são criadas e recriadas nas inovações propostas na relação com os recursos naturais, no aproveitamento de nascentes para atividades de piscicultura, como no caso de alguns assentados do PA da Monte Alegre, assim como se manifestam na cautelosa vigilância de muitos agricultores face aos riscos da queimada da cana de açúcar atingir plantações de frutas e de produtos por eles utilizados para a subsistência. Na contramão dessas estratégias individuais, perspectivas de se por em prática, com apoio institucional, iniciativas de agroecologia, enfrentam bloqueios decorrentes do desencontro entre os diversos agentes que se movimentam neste cenário.

Na região oeste do Estado, a grande quantidade de famílias assentadas forma um quadro bastante diversificado. Se existem irregularidades, é notável, também, o esforço dos trabalhadores em desenvolver alternativas que lhes propiciem sustentabilidade. Sua participação na bacia leiteira regional não é nada desprezível, garantindo, inclusive, um poder de mobilização e barganha com os laticínios que extrapola a categoria dos produtores assentados e envolve muitos outros pequenos fornecedores de leite. O novo projeto da Cocamp busca

aproveitar justamente essa capacidade produtiva já instalada nos assentamentos do Pontal. Resta saber se a cooperativa conseguirá competir com os muitos laticínios da região.

A própria dimensão do autoconsumo, dentre as perspectivas dos assentamentos, tem que ser melhor explicitada. Frequentemente, nos deparamos com avaliações extremamente negativas, como se estas experiências estivessem continuamente em um fio de navalha na expectativa de um futuro incerto. Acompanhando os assentamentos, vemos homens e mulheres que não querem terra como elemento de troca ou como reserva de valor. Querem e lutam pela terra, para não passar fome, para ter o que dar de comer a seus filhos, para não ficar ao sabor das regras de descarte da mão-de-obra temporária. Deste ângulo, o autoconsumo ganha importância vital na discussão das perspectivas dos assentamentos (SANTOS; FERRANTE, 2003). Nas situações analisadas, a comida tem um significado simbólico nada desprezível, associado à luta por resistir ao cerco da monocultura e da pecuária extensiva mantendo, ao menos em parte dos lotes, práticas agrícolas que lhes permitem tirar da terra o seu sustento.

Numa outra dimensão, o envelhecimento da população assentada – há que se ressaltar que algumas das experiências analisadas neste artigo têm 20 anos de existência – apresenta-se como um dilema de difícil solução. Primeiro, por não ter a família em seu conjunto sido socializada para viver em um assentamento. Depois, pelas poucas oportunidades de concretizar-se efetivamente um projeto de trabalho familiar. Terceiro, pelos poucos investimentos feitos na educação dos jovens, na perspectiva de se levar em conta suas aspirações, a possibilidade de estudar e aplicar em seu lugar de vivência o conhecimento adquirido.

A educação, neste sentido, tem um papel crucial na discussão das perspectivas dos assentamentos. Por isso ganha relevância o projeto Escola do Campo que tem, especialmente no PA Bela Vista, bons resultados do ponto de vista pedagógico, da identificação da criança com o seu lugar, o espaço rural, igualmente pelas oficinas dirigidas ao meio ambiente, à diversificação agrícola que cria outras perspectivas de socialização e de sustentabilidade. O quanto esta experiência em Araraquara será capaz de manter a juventude nos assentamentos ainda não se sabe. A hipótese de que uma infância de socialização no campo criará uma nova geração de assentados está para ser historicamente testada. Mas mesmo nesse município, que ultimamente tem freqüentado a grande imprensa pela iniciativa educacional nos assentamentos, toma decisões críticas com relação a essa questão: a suspensão pela Prefeitura de Araraquara da experiência dos cursinhos pré-vestibular no PA Bela Vista frustrou expectativas e esperanças.

No Pontal do Paranapanema, várias escolas estão sendo instaladas nos assentamentos, a maioria sob responsabilidade das Prefeituras da região. Não

há, no entanto, nenhuma uniformidade na atuação dos responsáveis por esses estabelecimentos e a possibilidade de um projeto político-pedagógico mais adequado ao campo não tem passado, por enquanto, de mero debate acadêmico. Nos assentamentos da região, iniciativas pontuais de prefeituras de pequenos municípios, às vezes em parceria com as escolas agrícolas, atendem apenas parcialmente este segmento da população. Sair do assentamento, para trabalhar nas cidades da região, ou para atuar como militante do Movimento Sem-Terra acaba sendo a única alternativa dos jovens. Embora o MST tenha um grande apelo sobre a juventude (de dentro e de fora dos PAs), sua prática acaba por tirar os melhores elementos do interior dos assentamentos para a organização de novos acampamentos e ocupações.

Constata-se, no entanto, mesmo naqueles jovens que saem (a maioria), uma clareza da opção dos pais – uma opção política, que garante a politização dos filhos. A questão das alternativas para os jovens dentro dos assentamentos é complexa, pois envolve mais que o estritamente econômico. A sedução da cidade, onde as coisas “acontecem”, é muito forte. Mas, fica claro que mais apoio nessa esfera não seria ruim. Cita-se, como exemplo dessa fragilidade das opções, a postura do Pró-Jovem – uma iniciativa do ITESP em parceria com a Fundação Paula Souza: nos projetos desse programa, que em cada assentamento reúne de 15 a vinte alunos adolescentes, apenas uma pessoa é “premiada”, ao final do curso, com o financiamento de um micro-projeto produtivo. Os demais, mesmo após uma qualificação em agricultura familiar, não recebem nenhum apoio material para trabalhar na terra da família.

A possibilidade das Prefeituras atuarem nessa área nevrálgica ainda é problemática. As citadas dificuldades se tornam impasses quando se observa a castração de oportunidades aos assentamentos na agenda pública municipal. A alegada falta de recursos, discurso bastante comum nos órgãos oficiais, é acrescida de posturas administrativas que preconceituam e marginalizam os assentados. Técnicos e administradores revelam pouca ou nenhuma preocupação com os assentamentos, enfim projetos de responsabilidade de “outras esferas governamentais”. A mobilização da população assentada, no geral, tem sido tópica, facilitando a dispersão de uma atuação pública municipal e o reforço de práticas clientelistas junto a esse segmento social.

Perspectivas de superestimar ou de subestimar o lugar dos assentamentos na agenda do desenvolvimento local / regional devem ser acompanhadas criticamente, o que não equivale a negar as alternativas criadas por tais experiências de geração de trabalho e de renda para os estratos sociais mais pobres do campo, mesmo na rica “Califórnia brasileira”. Na “terra do Nelore mocho”, a insegurança fundiária é um dos elementos dificultadores de uma arrancada de desenvolvimento, hoje cercada de indefinições. Enquanto não for finalizado o complicado trabalho de regularização fundiária, não apenas os

assentamentos, mas todo o campo regional patina e se “esvazia” economicamente. As imensas dificuldades para se alterar o terrível quadro de desagregação social e bloqueio ao desenvolvimento rural repercutem na falta de grandes iniciativas para os assentamentos. Uma desejada valorização da agricultura familiar via experiências de reforma agrária ainda é apenas uma expectativa ou um item de retórica governamental.

Referências:

ANTONIO, A.P. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo estado:** Os exemplos da alta sorocabana no período 1960-1990. Tese (Doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 1990.

BARONE, L.A. **Revolta, conquista e solidariedade:** a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FCL/UNESP, Araraquara, 1996

BARONE, L.A., **Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária.** Tese (Doutorado em Sociologia) – FCL/UNESP, Araraquara, 2002.

BAÚ, C.H.R. **Pequenos produtores fornecedores de cana-de-açúcar na região de Araraquara (SP):** Uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FCL/UNESP, Araraquara, 2002.

BERGAMASCO, S.P.P; FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais: Caminhos e desafios de pesquisa. ROMEIRO, et al. **Reforma Agrária: produção, emprego e renda** (Relatório da FAO em debate). Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

BOTASIM, R.S. **Trabalhador sem-terra assentado: um futuro pequeno capitalista?** Estudo do assentamento Água Sumida no município de Teodoro Sampaio/SP. Monografia de Bacharelado em Geografia. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

DANCINI, Eliane Amábile. **Tempo, memórias e utopias: cortadores de cana em guariba e barrinha.** Dissertação (Mestrado) – PUC, São Paulo, 1989.

FERNANDES, B.M. **MST: Formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. et al. Inserção sócio-política e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. BERGAMASCO, S.M.P.P. et al. **Dinâmicas Familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** Araraquara: UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo: INCRA, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B. **A chama verde dos canaviais.** Tese (Livre-Docência) – Unesp Araraquara, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais: A polêmica questão de sua avaliação. **Revista UNIARA.** Centro Universitário de Araraquara, n.12, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B. Tamoio: olha! Tem nó na cana!. **Revista Perspectivas,** São Paulo, v.7, 1984.

FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, M.P. dos. A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões. **Congresso da SOBER,** Juiz de Fora, Julho de 2003. (CD_ROM)

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A.; BARONE, L.A. **Poder local e assentamentos rurais; expressões de conflito, de acomodação e de resistência** – Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, NuPeDoR/GEPEP, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B; BARONE, L.A. Homens e mulheres nos assentamentos: Violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Revista Perspectivas,** v.20/21. São Paulo, 1997/1998.

FERRANTE, V.L.S.B; SILVA, M.A.M. A política de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: o jogo das forças sociais no campo. **Revista Perspectivas.** São Paulo, v.11, 1988.

FUNDAÇÃO ITESP Pontal Verde: plano de recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. **Cadernos do ITESP.** São Paulo: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania/FITESP, 2.ed., n.2, 2000.

GEBARA, J.J.; BACCARIN, J.G. **Proálcool: ocupação do solo, emprego agrícola e estrutura agrária na região de Ribeirão Preto/SP**. São Paulo: PNPE/IPEA, 1984.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GUANZIROLI, C. (Coord.). **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: FAO/INCRA, 1998.

LEITE, J.F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, J.S. **O sujeito oculto**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MONBEIG, P. **Fazendeiros pioneiros no oeste paulista**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOURA, J.A. **A luta pela terra sob o olhar dos que lutam pela terra: movimentos e representações sociais no Pontal do Paranapanema**. Monografia de Bacharelado em Geografia. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2005.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. SANTOS, B.S. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NORDER, L.A.C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. Dissertação (Mestrado) – IFCL/UNICAMP, Campinas, 1997.

PINASSI M.O.; QUEDA, O. Consórcio canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais, **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.23, n.2, 1993.

RIBAS, A.D.; THOMAZ Jr., A. O cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST): uma contribuição para a geografia do trabalho. **Revista Geografia em Atos**, Presidente v.1, n.2, 2000.

SANTOS, I.P.dos; FERRANTE, V.L.S.B (Org.). **Da terra nua ao prato cheio (produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo)**. Araraquara: Fundação ITESP/UNIARA, 2003.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. São Paulo: Letras, 2003.

STETTER, E.A. **A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FCL/UNESP, Araraquara, 2000.

Resumo:

Objetiva-se analisar as diversidades e as coincidências nos impasses e perspectivas no desenvolvimento da política de assentamentos rurais no Estado de São Paulo, em duas situações bastante diferentes do ponto de vista regional. A análise, ao privilegiar o âmbito local/regional no enquadramento empírico desse estudo, se defronta imediatamente com tensões específicas, tanto do ponto de vista das estruturas políticas e econômicas, quanto dos atores sociais diretamente envolvidos nesta conflituosa realidade. O caráter comparativo deste artigo visa, portanto, ressaltar os possíveis rumos das experiências de assentamentos, em função das tramas sociais constituídas pelos distintos agentes/atores sociais que animam o cenário local/regional em cada caso, bem como através das tensões que se expressam no campo das alternativas políticas e econômicas. Na discussão dos rumos dessas experiências inovadoras na gestão econômica do território esclarecem-se tensões reveladoras de contradições possíveis entre a chamada agricultura familiar e o grande capital agropecuário e agroindustrial. Tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, empresários) e o campo do poder, entendido como o jogo de forças sociais que atravessa o futuro da Reforma Agrária compõem o núcleo do presente artigo.

Palavras-chave:

Assentamentos Rurais; Reforma Agrária, Desenvolvimento Regional.